

CNI diverge da FIESP e defende desindexação ampla da economia

por Vera Saavedra Durão
do Rio

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestou-se ontem, a favor de um programa de desindexação para a economia brasileira, sem o qual o "pacote" aprovado pelo Conselho Monetário Nacional não atingirá seus objetivos. Em documento divulgado após reunião de diretoria, a entidade defende a desindexação total, ou seja, de todos os índices, condenando "uma desindexação parcial que contemple apenas os salários", por considerar esta medida "socialmente injusta e ineficaz economicamente". A CNI vai mais além, ao considerar necessária a extinção das ORTN com correção cambial, mas sem afetar a taxa de câmbio, pois avalia que, enquanto isto não ocorrer, ou seja, "não for possível desvincular as dívidas privadas e públicas da correção cambial, serão bastante reduzidas as margens de manobra disponíveis para a eficiente execução das políticas monetária e fiscal".

Em conversa com os jornalistas, o presidente da confederação, senador Al-

bano Franco, deixou claro as divergências da entidade máxima da indústria com a posição defendida pela poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), favorável a um expurgo apenas no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que determina os reajustes salariais. Franco anunciou para daqui a uma semana a entrega ao governo de dois estudos sobre desindexação da economia,

que vêm sendo preparados pelo Departamento Econômico da entidade e pela assessoria da presidência, integrada pelo diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Julien Chancel. "A hora não é só de falar e criticar, temos de ser objetivos e concretos", afirmou Albano Franco, observando que "não podemos aceitar o expurgo só do INPC, pois os trabalhadores não devem ser casti-

gados pela crise que não motivaram".

A CNI considera fundamental para que "o Estado brasileiro retome seu controle sobre o exercício da capacidade de fazer política econômica" a renegociação da dívida externa do País e a revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), acopladas a um programa de médio e longo prazo para a recuperação da atividade econômica.